

POLÍTICAS/PROGRAMAS DE INCLUSÃO SOCIAL: UMA ANÁLISE SOBRE A EFETIVIDADE DO PROEJA FIC NO CURSO DE INSTALAÇÕES PREDIAIS DO IFRN CAMPUS MOSSORÓ

I. C. L. Medeiros e M. M. R. Melo

E-mail: izilmara_cris@hotmail.com e cinemagnolia@yahoo.com.br

RESUMO:

Os documentos norteadores da Educação de Jovens e Adultos - EJA, a saber, a LDB (1996), o Parecer CNE/CEB 11/2000 e a Resolução CNE/CEB 1/2000, consubstanciados pela Constituição Federal de 1988, explicitam o direito ao acesso à educação daqueles que, por motivos diversos, não puderam estudar na idade regular. É nesse cenário que nos propomos refletir sobre o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA - FIC de nível fundamental, como estratégia de combate à pobreza, à exclusão social e à qualificação profissional. Esse Programa foi criado em 2005, na rede federal de ensino

e, posteriormente, em 2006, foi ampliado no que diz respeito à origem das instituições que podem ser proponentes de cursos, permitindo sua adoção pelos sistemas de ensino estaduais, municipais e pelas entidades de serviço social, aprendizagem e formação profissional. Para a concretização do nosso objetivo, realizamos uma pesquisa bibliográfica e documental. Mediante nossas análises, constatamos que a EJA se configura com uma modalidade de ensino imprescindível para a inclusão e a diminuição da vulnerabilidade social na qual este segmento está inserido, bem como representa o reconhecimento de uma dívida social que o Brasil tem com esse coletivo.

PALAVRAS-CHAVE: EJA, PROEJA FIC, inclusão, educação.

POLICIES / PROGRAMS OF SOCIAL INCLUSION: AN ANALYSIS OF THE EFFECTIVENESS OF PROEJA FIC IN THE COURSE OF FACILITIES LAND OF CAMPUS MOSSORÓ IFRN

ABSTRACT

The guiding documents of adult and youth education-ADULT and YOUTH EDUCATION, namely, the LDB (1996), the CNE/CEB Opinion 11/2000 and resolution CNE/CEB 1/2000, embodied by the Federal Constitution of 1988, explain the right to access to education of those who, for various reasons, could not study at regular age. It is in this scenario that we reflect on the national programme for the integration of Professional Education with basic education in adult and youth education – PROEJA FIC of

fundamental level, as a strategy to combat poverty, social exclusion and the professional qualification. This program was created in 2005, the federal network of education and, later, in 2006, was extended with regard to the origin of the institutions which may be proponents of courses, allowing adoption by State, municipal education systems and social service authorities, learning and vocational training.

KEYWORDS: EJA, PROEJA FIC, inclusion, education.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, a história da educação voltada para jovens e adultos foi marcada pelas questões políticas, econômicas e sociais de cada época, resultando na criação de organismos que tinham como objetivo profissionalizar jovens e adultos oriundos das classes menos favorecidas para que estes pudessem se ajustar à sociedade¹. Essa visão puramente assistencialista balizou toda a história da EJA no Brasil até a década de 1960, quando surge uma nova concepção sobre a EJA e que teve em Paulo Freire o seu maior expoente.

Com ele ocorreu mudança no paradigma teórico-pedagógico sobre a EJA. Durante muito tempo utilizava-se o método silábico de aprendizagem para se alfabetizar, partindo da idéia de que se conhecendo as sílabas e juntando-as poderia formar qualquer palavra. Com isso os alunos recebiam cartilhas com sílabas e, orientados pelos professores, passavam a tentar juntá-las para formar frases soltas, que muitas vezes só memorizavam e repetiam. Por essa concepção, não se desenvolvia o pensamento crítico, não importava entender o que era escrito e o que era lido, porque o que importava mesmo era dominar o código (SILVA, 2010, p. 33).

Esse novo olhar (crítico) projetado sobre a EJA foi tolhido pelo golpe militar de 1964, que conduziu o Brasil a uma ditadura militar até a década de 1980. Com a redemocratização, tendo como marco a eleição do primeiro presidente civil, Tancredo Neves, em 1984, o Brasil viveu importantes transformações sociais, econômicas e educacionais. Dentre elas, podemos destacar a promulgação da Constituição Federal em 1988, marco extremamente importante para a educação brasileira, pois foi a primeira a afirmar que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família tendo a sociedade como cooperadora, objetivando o desenvolvimento do indivíduo, preparando-o para o exercício da cidadania e sua qualificação para o mundo do trabalho (Art. 205).

É pertinente destacar que a referida Constituição se configura como um referencial importante e legitimador para a Educação de Jovens e Adultos – EJA. Esse reconhecimento está apontado no Art. 208 – I em que diz ser obrigação do Estado garantir o ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria. A aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases – LDB, em 1996, tornou mais contundente a garantia da educação voltada para jovens e adultos, corroborando com a Constituição Federal e evidenciando, no título III, do Direito à Educação e do Dever de Educar:

Art. 4º. O dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram

¹ Um exemplo disso foi a criação do ensino técnico federal no país em 1909, quando foram criadas 19 escolas de Aprendizes e Artífices. Eram instituições destinadas ao ensino profissional, voltadas prioritariamente à educação das classes mais pobres. Em 1937, foram criados os Liceus Profissionais, em 1949, as Escolas Industriais e Técnicas e, 10 anos depois, as Escolas Técnicas. Todas elas instituições públicas, voltadas ao ensino técnico e profissionalizante (<http://www.ifc-videira.edu.br>, acesso em fevereiro de 2012).

acesso na idade própria; [...] VII - oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola;

É salutar salientar que, mesmo com esses avanços (a Constituição Federal e a LDB), durante toda a década de 1990, a EJA perdeu espaço nas ações governamentais, principalmente no governo Collor, uma vez que a União transferiu para os estados e municípios a responsabilidade da educação voltada para jovens e adultos.

Foi somente na primeira década do século XXI que a EJA voltou a ganhar espaço na educação nacional, especialmente nos quatro primeiros anos do governo de Luis Inácio Lula da Silva. Em 2005, foi implantado o Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária – PROJOVEM, diretamente vinculado à Secretaria-Geral da Presidência da República, em parceria com o MEC e o Ministério do Desenvolvimento Social. Esse programa contemplou jovens de 18 a 24 anos, com escolaridade superior ao 5º ano, mas que não tivessem concluído o fundamental maior e não possuíssem vínculos formais de trabalho.

O referido programa proporciona, de forma integrada, a conclusão do ensino fundamental, a qualificação profissional e a capacitação para execução de ações comunitárias, além de incentivar os jovens participantes a adentrarem no ensino médio.

Mesmo diante dessas iniciativas e do reconhecimento da EJA como modalidade de ensino pela Constituição Federal de 1988 e pela LDB de 1996, essa modalidade de ensino ainda não acompanhava o avanço das políticas públicas educacionais como um todo. Um exemplo disso era a inexistência da EJA na Rede Federal de Ensino.

Nesse sentido, foi criado, por meio do Decreto nº 5.478, de 24 de junho de 2005, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos – PROEJA. Entretanto, em 2006, foi promulgado o Decreto nº 5.840, substituindo o de nº 5.478/2005, ampliando o programa para o ensino fundamental. Vale enfatizar que

A abrangência também foi ampliada no que diz respeito a origem das instituições que podem ser proponentes de cursos no âmbito do Programa, permitindo sua adoção pelos sistemas de ensino estaduais, municipais e entidades provadas nacionais de serviço social, aprendizagem e formação profissional. Institui-se assim, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (MOURA, 2007 apud DOCUMENTO BASE PROEJA, 2007).

É pertinente salientar que o recorte feito neste trabalho contempla apenas o PROEJA FIC curso de Instalações Prediais que funciona no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN Campus Mossoró. Nessa instituição, o referido programa foi iniciado no ano de 2010, em parceria com a Prefeitura Municipal de Mossoró (Escolas Municipais Raimunda Nogueira do Couto e Celina Guimarães), a prefeitura Municipal de Areia Branca (Escola Municipal Geraldo Cruz) e a Prefeitura Municipal de Baraúna (Escola Municipal Manoel de Barros).

O PROEJA FIC é destinado para pessoas que não concluíram o Ensino Fundamental no período regular, oferecendo educação básica juntamente com um curso técnico. Podem se inscrever alunos com idade a partir de 17 anos e que tenham concluído o quinto ano do ensino fundamental, antiga quarta série, ou concluído o segundo nível da EJA. Com duração de 02 anos os alunos estudam as disciplinas de formação geral nas escolas municipais que estão em parceria com o programa e as disciplinas técnicas no Instituto Federal - Campus Mossoró. Ao concluir este receberá o certificado de auxiliar técnico optando pelas áreas (escolhidas nas inscrições) de **Manutenção de micro, Instalações prediais e Mecânico montador**².

O PROEJA vem corroborar com o Parecer CNE/CEB 11/2000 e a Resolução CNE/CEB 1/2000, que fundamentam as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos – EJA. A Resolução CNE/CEB 011/2000 destaca as funções específicas da EJA, que são de reparar, equalizar e qualificar seu aluno, assim descritas naquele documento:

A função reparadora significa a entrada no circuito dos direitos civis pelo acesso a uma escola de qualidade, e o reconhecimento de uma igualdade ontológica de todo o ser humano (...) A função equalizadora significa uma garantia de redistribuição e alocação de bens sociais de acesso e permanência na escola promovendo a igualdade. Por esta função o indivíduo que teve sustada a sua formação, busca reestabelecer a trajetória escolar readquirindo a oportunidade a um ponto igualitário no jogo conflitual da sociedade. A função qualificadora, que significa uma garantia de propiciar a atualização de conhecimentos por toda a vida; ela é o sentido da Educação de Jovens e Adultos, e tem como função alcançar o caráter incompleto do ser humano e restabelecer seu potencial de desenvolvimento e de adequação, através dos quadros escolares e não-escolares.

Podemos constatar que os documentos acima destacados ressaltam a importância da inclusão de alunos que não tiveram, na idade adequada, condições de acesso ou de continuidade de seus estudos. Em síntese, a educação voltada para jovens e adultos no cenário brasileiro se configura com uma modalidade de ensino imprescindível para a inclusão social, pois, de acordo com dados levantados por pesquisas realizadas por órgãos nacionais,

A taxa de abandono no ensino fundamental regular é de 7,5%, acrescida de uma distorção idade-série de 30% [...]. Nesse sentido, quando se verificam dados de escolaridade da PNAD/IBGE-2005, pode-se observar que, nesse ano, 19,7 milhões de pessoas possuíam apenas 4 anos de estudos, ou seja, haviam concluído apenas a 4ª série do ensino fundamental. Ao incluir aqueles que têm até 7 anos de estudos, portanto, que ainda não concluíram o ensino fundamental, esse número sobe para 47,6 milhões de pessoas. Esse contingente [...] representa cerca de 26% do total da população do país naquele ano, por conseguinte pode-se inferir o baixo nível de escolaridade dos brasileiros que enfrentam o mundo do trabalho (DOCUMENTO BASE PROEJA, 2007, p. 16).

Diante do exposto, formulamos a seguinte **problemática**: será que o PROEJA FIC no IFRN Campus Mossoró é efetivo quanto aos objetivos propostos? Salienciamos que a escolha por essa problemática se deu a partir da nossa vivência e experiência profissional como assistente social do

² www.ifrn.edu.br acesso em fevereiro de 2012

IFRN, Campus Mossoró, docente do Curso de Especialização em EJA e orientadora de monografias do referido curso. Além disso, acreditamos que a pesquisa ora proposta poderá contribuir no tocante às políticas, programas e projetos direcionados à EJA. Vale lembrar que o programa, por ser extremamente novo (dois anos), não tem um acervo significativo de trabalhos acadêmicos e resultados de pesquisas evidenciando (ou não) sua efetividade no IFRN Campus Mossoró. Por isso, ratificamos a importância de a pesquisa proposta vir a ser um instrumento a ser utilizado pela instituição para o trabalho com a EJA.

Diante do exposto, elencamos, como **objetivo geral** da nossa pesquisa, avaliar a efetividade do PROEJA FIC na área de Edificações (curso de Instalações Prediais) no IFRN campus Mossoró na perspectiva da inclusão social, tendo como parâmetro o Documento Base do PROEJA. Como **objetivos específicos**, temos: traçar o perfil socioeconômico dos discentes inseridos no Programa e identificar que ações e mecanismos vêm sendo utilizados pela equipe gestora do Programa no IFRN para a sua efetivação.

Para o desenvolvimento deste estudo, foi utilizado como **percurso metodológico** a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental e a de campo. Para a coleta dos dados, foi utilizada como ferramenta a entrevista semi-estruturada, questionário (para conhecer perfil socioeconômico), observação in loco e diálogos com os envolvidos no Programa. Nessa etapa, buscamos averiguar como esses atores percebem a implementação e os resultados do programa. Essa última etapa nos permitiu averiguar o grau de efetividade alcançado pelo PROEJA FIC do IFRN campus Mossoró. O universo da nossa pesquisa foi composto pelos discentes do referido projeto (curso Instalações Prediais) perfazendo um total de 17 alunos matriculados no IFRN Campus Mossoró. A amostra contemplou 08 alunos. Para a exposição nesse trabalho fizemos o recorte sobre a efetividade do Programa sob a visão dos discentes.

2 A EFETIVIDADE DO PROEJA FIC SOB AS ÓTICAS DOS DISCENTES DO PROGRAMA

Antes de discutirmos sobre avaliação da efetividade das políticas públicas, devemos enfatizar que, na cultura política brasileira, o estudo sobre essa questão é ainda bastante limitado, uma vez que esse critério está intimamente relacionado a concepções sobre igualdade e justiça social e, por essa razão, a expectativa é de que as políticas sociais efetivadas pelo poder público sejam capazes de diminuir os altos índices de pobreza, desigualdade e exclusão social existentes no Brasil.

Enfatizamos a importância de se avaliar as políticas públicas por ser esta ser um instrumento capaz de exercer controle, e proporcionar a possibilidade de transformações sobre as ações públicas, seja dos cidadãos sobre o governo, seja do governo sobre si mesmo.

É sabido que a inefetividade das políticas sociais brasileiras se processa em virtude do profundo fosso existente entre as classes sociais, gerando miséria e exclusão social das classes menos abastadas. De acordo com Arretche (2006, p.27), “esse resultado é produto da correlação entre índices de pobreza e oferta de serviços sociais”.

Contudo, se formos examinar os resultados das políticas sociais no Brasil, apenas com base em correlações, podemos afirmar o oposto do que as análises atestam: em regiões como Norte e Nordeste, as mais pobres do país, são apenas as redes públicas de serviços de educação e de saúde que, com toda a precariedade possível e imaginável, oferecem alguma modalidade de proteção aos setores mais carentes da sociedade.

É por isso que segundo Almeida (2006, p.68): a avaliação dos programas sociais adquire relevância em face da centralidade que passa a ocupar as análises investigativas, em virtude do gradativo esvaziamento da capacidade gestora das instituições de políticas no âmbito governamental que se vive no Brasil. [...] marcado, sobre maneira, por uma crescente fragmentação da gestão social, derivada da diminuição da máquina estatal que se expressa na pulverização dos programas, na contenção dos gastos públicos, no corte dos recursos humanos e investimentos sociais ante o aumento das demandas populares por serviços sociais.

Na contemporaneidade, a avaliação de políticas públicas no Brasil ainda é bastante insipiente, principalmente pela escassez de literatura, que se configura como grande desafio para a disseminação dessa prática. Conforme Frederico L da Costa e José César Castanhar (2002, p.987), encontrar formas práticas de mensurar o desempenho e fornecer ao responsável pela gestão dos programas sociais, bem como para os demais atores envolvidos, informações úteis para a avaliação sobre os efeitos de tais programas, necessidades de correções, ou mesmo da inviabilidade do programa.

Diante do contexto em tela nos propomos a avaliar a efetividade do PROEJA FIC em Instalações Prediais do IFRN Campus Mossoró. Para isso, aplicamos os um questionário (com perguntas abertas e fechadas) com 08 alunos (de um universo de 17) de diálogos e observações com os discentes do PROEJA FIC do curso Instalações Prediais do IFRN campus Mossoró procuramos verificar qual a percepção dos mesmos quanto ao Programa, se ele é realmente um instrumento efetivo para a inclusão social. O questionário foi composto por quatro questões. A primeira questão levantada foi:

Você conhece bem os objetivos do PROEJA FIC? As respostas dos alunos convergem todas para a necessidade de qualificação para o mercado de trabalho.

- 1 - Resgata os jovens para aprender uma profissão, dá conhecimento e qualificação para o mercado de trabalho.
- 2 - Novas oportunidades para os jovens, para quem quer ter uma profissão...
- 3 - Informação, conhecimento, é muito importante.
- 4 - Ajuda os mais necessitados por emprego.
- 5 - Tem a parte de profissionalização e qualificação.
- 6 - Qualificar o aluno.

Essa visão esta parcialmente de acordo com o Documento Base (2006, 20), pois o mesmo não se restringe somente ao mundo do trabalho.

A integração da Educação Profissional/formação inicial e continuada, com o ensino fundamental na modalidade Educação de Jovens e Adultos, objetiva, contribuir para a melhoria das condições de inserção social, econômica, política e cultural dos jovens e adultos que não concluíram o ensino fundamental. Assim, essa nova possibilidade educativa considera as especificidades do mundo do trabalho, mas não se restringe a elas.

As opiniões levantadas pelos alunos refletem uma visão fragmentada, restrita a sobrevivência. São conscientes de que sem uma qualificação mínima, não conseguem manter ou se inserir no mercado de trabalho. Contudo, eles ainda não conseguem perceber que a sua participação no Programa tem uma abrangência maior, se traduz na inclusão social, educacional, dentre outras. Enfim, um exercício da sua cidadania. Essa percepção também está retratada nas respostas obtidas na questão abaixo apresentada.

O PROEJA FIC Contribui para sua inclusão social? As respostas dos discentes são heterogêneas:

1- “Porque aprendemos, adquirimos conhecimento, e temos um bom desempenho”.

2- “Porque qualifica.”

3 - “Porque vou ter um emprego e vou melhorar de vida”.

4 - “Porque vou ter um emprego e conhecimento”.

5 - “Porque é um programa de qualificação profissional”.

6 - “Através do PROEJA-FIC aprendemos uma profissão, conhecimentos, e temos a qualificação para o mercado de trabalho”.

7 - “Porque eu fico mais a vontade”.

Pode-se perceber nas falas dos entrevistados, uma percepção de inclusão social, baseada em seu conhecimento empírico. O aluno da EJA tão bem expressado por Linderman (1926 apud), quando chega à escola, traz conhecimentos que podem não ser aqueles sistematizados por ela, mas que são saberes nascidos dos seus fazeres.

É uma percepção heterogênea, mas anda muito restrita a qualificação e empregabilidade. Para o entrevistado numero 4 a inclusão é sinônimo de “emprego e conhecimento”. Essa concepção reflete na própria existência dos alunos da EJA, pois são sujeitos de direitos, trabalhadores que participam concretamente da garantia de sobrevivência do grupo familiar ao qual pertencem e que trazem no rosto, de um lado, a marca da exclusão social pela sua condição de iletrado, e do outro, o desejo e a vontade de aprender por exigências ligadas ao mundo do trabalho e de poderem dar a suas famílias uma melhor qualidade de vida.

Quanto a questão da avaliação as respostas dos alunos são descritas abaixo. Como você avalia o PROEJA – FIC?

1- “É bom porque, é um programa que trais melhor salário e o estágio, para que si venha ter uma oportunidade melhor de trabalho”.

2 - “Positivo, é bom demais”.

3 - “Como é uma das melhores escolas Profissionais do Estado do RN. Pontos negativos, desconheço”.

4 - “Um programa que dá oportunidade para os jovens e adultos que procuram uma profissão. E o IFRN é muito bom, com professores que ensinam muito bem”.

5 - “Ensino fundamental.”

6 - “Dá emprego muito bom para quem quer e quem merece”.

7 - “Um programa muito bom e que aprendemos e temos mais conhecimentos”.

8 - “O IFRN é nota dez. E todos os pontos são positivos”.

Todos os alunos entrevistados avaliaram de forma positiva o PROEJA FIC, para eles a sua inserção no Programa traz novas perspectiva para o futuro, principalmente quanto ao mercado de trabalho. Essa visão otimista incide diretamente na questão Expectativas ao Concluir o PROEJA FIC e que estão delineadas abaixo.

Expectativas dos alunos ao concluir o PROEJA-FIC

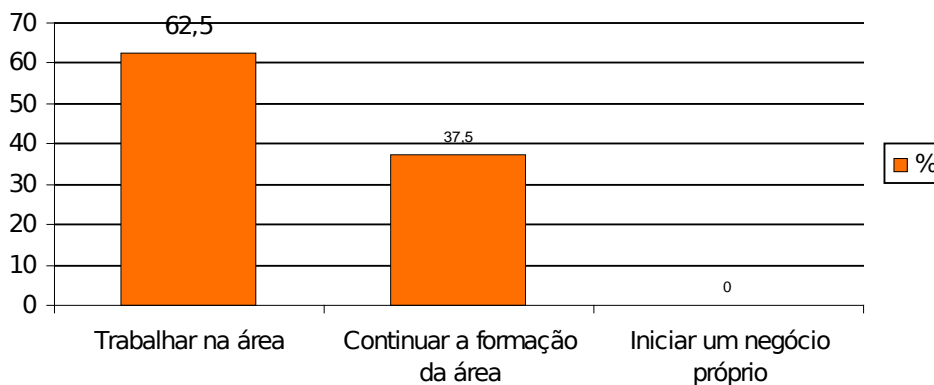


Gráfico das expectativas de trabalho citadas pelos alunos do PROEJA-FIC

A maioria dos alunos, (62,5%) desejam trabalhar na área e assim ascender socialmente e profissionalmente, rompendo com a estratificação de classes tão presente na sociedade brasileira. Para nós pesquisadores o que nos chama a atenção nesse item é que uma parcela significativa (37,5) sonha em continuar a formação da área. Um exemplo dessa nova perspectiva é que 08 alunos dos PROEJA FIC do Campus Mossoró (dos três diferentes cursos) conseguiram ser aprovados no exame de seleção para o PROEJA Ensino Médio da mencionada Instituição.

Diante desse contexto podemos aferir que o Programa do IFRN Campus Mossoró em conformidade com o Documento Base (2006, p. 190), pois, o mesmo realça que a integração inicial de trabalhadores com o ensino fundamental na modalidade EJA é uma opção que tem possibilidade real de conferir maior significado a essa formação, pois tem o poder de incidir diretamente na melhoria da qualificação profissional dos sujeitos aos quais se destina. [...] esse tipo de formação colaborará para a qualificação profissional. Mas é fundamental perceber também numa perspectiva a longo prazo, mais ousada, ou seja, devem-se criar as condições para

que os concluintes possam efetivamente retomara sua trajetória educacional e continuar os estudos no nível médio, o que poderá contribuir, inclusive, para o acesso ao ensino superior (DOCUMENTO BASE, 2006, p. 19).

Essa continuidade demonstra o quanto o Programa a nível local esta contemplando o alvo proposto no Documento Base, com também é efetivo, pois a entrada dos desses alunos no Programa trouxe mudança para as suas vidas e de suas famílias. São novas perspectivas, sonhos (melhoria na qualidade de vida, inserção no mercado de trabalho formal, pois meio da qualificação) que incidem intimamente na visão de mundo desses alunos.

Com relação à avaliação da efetividade do PROEJA FIC do IFRN Campus Mossoró/RN no curso de Instalações Prediais, procuramos comprovar e/ou refutar se as ações do programa (mesmo quando se efetivam em relação aos objetivos propostos) são responsáveis por mudanças na qualidade de vida dos usuários, isto é, por estabelecer uma relação causal que comprove que, sem as ações do programa, não ocorreriam as prováveis mudanças encontradas.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A oportunidade de estudar a avaliação de políticas públicas, mais especificamente o PROEJA FIC do IFRN Campus Mossoró, do curso Instalações Prediais, possibilitou-nos perceber as dificuldades e desafios que é avaliar a efetividade de uma política pública, principalmente no Brasil, onde a nossa cultura político-administrativa não privilegia tal atividade.

Ao longo da nossa pesquisa, constatamos que no geral, o programa acima mencionado e efetivo, uma vez que podemos perceber o quanto a inserção no programa é importante para a vida de seus usuários, promovendo a elevação de sua autoestima e de sua aceitação enquanto categoria social.

Diante do contexto assinalado podemos perceber que o PROEJA FIC desenvolvido no Campus Mossoró, esta em consonância com o Documento Base do referido Programa, como também, um instrumento de inclusão social de um segmento que esteve muito tempo à margem da sociedade.

4 REFERÊNCIAS

AGUILAR, Maria José; ANDER-EGG, Ezequiel. **Avaliação de Serviços e Programas Sociais**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2000.

ARRETCHE, Marta T. S. **Tendências no Estudo sobre Avaliação**. In: Avaliação de Políticas Públicas Sociais: uma questão em debate. São Paulo: Cortez, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - **Documento Base Educação Profissional Técnica de Nível Médio / Ensino Médio Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens E Adultos – PROEJA**. Brasília, 2007.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília-DF: Senado Federal Subsecretaria de Edições Técnicas, 2006.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases – LDB**. Rio de Janeiro: DP & A, 2003.

_____. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CEB11/2000** – Diretrizes Curriculares nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.

_____. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CEB11/2000** – Diretrizes Curriculares nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.

FIGUEIREDO, Marcus Faria; FIGUEIREDO, Argelina Maria Cheibud. Avaliação política e avaliação de políticas: um quadro de referência teórica. **Análise & conjuntura**, V. 1, nº 03, Belo Horizonte, set/dez. 1986.

MELO, Magnólia Maria da Rocha. **Poder Local e Políticas Públicas**: uma avaliação do Programa Idoso Cidadão da Prefeitura Municipal de Mossoró. 2006, 100 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN, Natal, 2004.

SILVA, Maria Ozanira da Silva. Avaliação de políticas e programas sociais: aspectos conceituais e metodológicos. In: **avaliação de políticas e programas sociais**: teoria e prática maranhão: UFMA, 2001.

SILVA, Maria de Lourdes. **Uma Análise do Projeto de Formação Inicial e Continuada para a Educação de Jovens e Adultos – PROEJA-FIC**: Avanços e Recuos nas Ações implementadas. 67f. Monografia (Especialização em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade Educação de Jovens e Adultos), Mossoró: IFRN, 2010.

www.ifc-videira.edu.br, acesso em fevereiro 2012

www.ifrn.edu.br acesso em fevereiro de 2012